



Coleção de Literatura
Brasileira

.....

Prefácio

*PUBLICAM-SE estes discursos, não tanto pela sua
alta eficácia como obra de propaganda, quanto,
sobretudo, pelo seu valor como documentos do
movimento abolicionista.*

Com efeito, eles definem o caráter e demonstram a importância da atual situação, agitada e profunda, de nossa Pátria. O orador, o teatro das arengas, os incidentes da propaganda e da luta, e os resultados que dali provieram, dão à última campanha eleitoral do Recife, à qual estes discursos serviram de preparo e de que foram poderoso elemento, a feição mais significativa e mais brilhante de toda a presente agitação abolicionista.

Desde que o atual gabinete, ao constituir-se, declarou fazer do aceleramento da emancipação dos escravos questão governamental, recrudescem, em todos os pontos do Império, com a esperança dos abolicionistas, a resistência dos escravistas de todos os matizes. Pressentiu-se desde então a importância das eleições a que o ministério convocava a nação; e a significação dessa manifestação reclamada do eleitorado foi desde logo dada pelas candidaturas que se apresentavam. Destas, uma das primeiras a indicar-se foi, do lado dos abolicionistas, a do Sr. Joaquim Nabuco.

Era ele, desde anos, o chefe real do abolicionismo, quer simplesmente propagandista, quer militante como partido de

reforma social. Na primeira legislatura da presente situação política, fora ele o presidente do pequeno e ativo grupo que, ao mesmo tempo que resistia às tentativas retrógradas e perturbadoras do Ministério Sinimbu, fizera da libertação dos escravos a questão da atualidade política. A sua ação tenaz e profunda, ainda que sem efeito imediato, no seio do Parlamento, despertou e avivou a latente agitação abolicionista, que ele próprio tratou de encaminhar eficazmente, fora da Câmara, fundando a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Iniciada assim de modo definitivo a campanha abolicionista no país, e, repellido da Câmara feita pela insignificante minoria burguesa a que o Sr. Saraiva entregou absolutamente as eleições, contando entregar-lhe também o governo real da nação, o Sr. Joaquim Nabuco retirou-se para a Europa, onde sustentou e desenvolveu a propaganda que já tão frutiferamente deixaram começada no Brasil. De Londres, mandou-nos, pouco antes do seu regresso à pátria, o elo quentíssimo livro O Abolicionismo, que ficou sendo o código do nosso partido. Era, pois, esse o homem a que as circunstâncias estavam indicando como devendo ser o candidato, em torno de quem mais rudemente se ferisse a luta eleitoral; ele era quem mais legítima e categoricamente responderia pelos

abolicionistas do Império à consulta, que ao eleitorado fazia o governo, relativamente ao seu projeto de libertação dos escravos.

Mas, se estava claramente indicada a candidatura do ilustre chefe do abolicionismo, não sucedia o mesmo em relação ao distrito onde ele devesse pleitear a sua eleição.

A nova lei eleitoral, restringindo as circunscrições por onde os cidadãos se podem apresentar candidatos a lugares no Parlamento, dificultava assim a manifestação da opinião abolicionista — opinião nacional convicta e fundamente professada em todos os pontos do Império, mas sem a necessária organização local, segundo conviria para o triunfo certo dos seus representantes, em dada região do país.

Certamente, não poderia ocorrer a ninguém a idéia de que o chefe dos abolicionistas se apresentasse candidato por algum distrito rural — e esta mesma exclusão sugeria uma medida que foi depois defendida e reclamada, relativa à separação dos campos e das cidades, no

ponto de vista do sufrágio político. Mas qual das capitais seria a que devesse eleger o advogado dos escravos? Seria a do Ceará, cuja libertação total fora proclamada a 25 de março? Seria a do Amazonas? Seria a capital de qualquer das outras províncias que estavam em via de rápida emancipação, como o Rio Grande do Sul ou Goiás? Seria a mesma capital do Império?

Este ponto era importante e urgia resolvê-lo; mas a dificuldade da solução era grave, porquanto, atido o governo, embora tratando-se de causa tão alta e superior a escrúpulos representati vistas, atido o governo às nugas do sistema parlamentar, exageradas pela Lei Saraiva, não poderia por si fazer eleger o chefe abolicionista. Por seu lado, este, convencido da sua missão patriótica e do quanto, para o êxito dela, importava não se rebaixar na cabala e na chincana dos partidos, não ajeitara para seu uso e gozo o eleitorado dum distrito. Em meio a estas dificuldades, a isenção e a pureza do chefe abolicionista fizeram-no recusar propostas e oferecimentos fagueiros, e ele próprio escolheu, para teatro de suas lutas eleitorais e de sua glória, a sua cidade natal — o Recife.

Foi uma resolução feliz, porque, em verdade, nenhuma outra cidade do Brasil oferecia à candidatura do Sr. Joaquim Nabuco tantos e tão valiosos elementos de êxito. Ainda que a nossa pátria seja porventura a mais una e a mais homogênea de todo o Ocidente, há todavia em algumas das suas cidades-capitais e talvez em cada uma delas caracteres que não são comuns às outras. Esta idéia será plenamente aceitável para quem quer que saiba que uma cidade não é apenas um montão de casas, não é um acampamento permanente. É uma construção social devida a muitas gerações, e, portanto, a sua feição é o passado que a determina. Assim é que a preponderância dos baianos em nossa governação vem de que a cidade deles foi, durante quase todo o domínio colonial, o centro da administração do nosso país. E a cada uma das outras cidades do Império poderíamos fazer a conveniente aplicação deste princípio, salvo àquelas recentemente fundadas, que, não tendo passado, não têm caráter exclusivo ou peculiar. Quanto ao Recife, é a cidade nacional por excelência. Nascida da resistência ao estrangeiro, que primeiro a fundou, avigorada na luta com a metrópole e a monarquia, o seu passado resume as fases capitais de toda a nossa existência nacional. Assim, a pernambucanos não faleis da sua passada opulência, mas lembra-lhes